

APRESENTAÇÃO

Saber fazer, aprender, ser e conviver: a Extensão como chave para a formação técnica e humanística dos graduandos

Knowing how to do, to learn, to be, to live together: Extension as a key to the technical and humanistic formation of the university students

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

Começo esta apresentação de **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão** com as palavras do professor José Ricardo Ayres, a nos lembrar de que

Temos uma forte tendência a separar, em nosso imaginário, o saber do fazer, teoria de um lado, prática do outro, e quase sempre atribuindo à teoria uma posição superior em relação à prática: a teoria orienta a prática. Quase sempre esquecemos a direção inversa desta relação, também verdadeira: a prática suscita e valida a teoria. (AYRES, 2015, p.75-76).

No agitado cotidiano em que nos inserimos, diariamente somos atravessados pelas crenças, saberes e representações que reinam em nosso ambiente – familiar, de trabalho, de entretenimento, *etc.* – não há muito tempo para refletir – cabem-nos, às vezes, apenas ações reflexas (não reflexivas) frente a um fato ou acontecimento; porém, tão logo nos deparamos com uma crença como essa explicitada por Ayres – a de que teoria (trabalho intelectual) é superior, hierarquicamente à prática (visto como “braçal”, ranço de tempos de colonização, tanto política e econômica, quanto social e psicológica) – é preciso não nos deixarmos levar por essa maré, e nos constituirmos voz contrária a tal disparate.

No entanto, como salienta Ayres (*op. cit.*).

É só a partir do século XX que os estudos das próprias ciências – na sociologia, antropologia, filosofia e história – foram chamando a atenção para o fato de **que as ciências não se situam em um ponto de vista externo às práticas**, em local privilegiado, de onde poderíamos apreender as verdades do mundo e dominá-las. Não, **as ciências também são práticas humanas** e, como tal, suas perguntas, seus modos de responder a elas e seus critérios para aceitar tanto as primeiras quanto as segundas são histórica e socialmente configuradas. (AYRES, 2015, p. 76. Grifos nossos.).

¹ Titular da Coordenação Setorial de Publicações e Produções Acadêmicas da Proex. Editora adjunta da Revista Conecte-se, da Proex PUC Minas. Professora do Departamento de Letras. Editora da Revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC. Coordenadora Institucional do PIBID PUC Minas. E-mail: evangelab@pucminas.br.

No nosso país, um Brasil inventado para ser colônia, faculdades começaram a aparecer apenas no século XIX, em decorrência da vinda da família real para cá, o que demandou o surgimento de uma elite local e de funcionários minimamente qualificados para certas funções, que exigiam competências de leitura e escrita, ainda que rudimentares. Universidades – enquanto espaços de construção de conhecimentos e de reflexão sobre eles –, por outro lado, só surgem no século XX (Universidade do Rio de Janeiro, em 1920; antes disso, havia algumas faculdades isoladas, como a de Direito, em São Paulo, fundada em 1824). Vale lembrar que, na América de colonização hispânica, já havia universidades desde o século XVI.

Toda a educação pública e gratuita – obviamente, apenas para os meninos (às meninas, reservavam-se as prendas domésticas ensinadas em casa) –, tinha (e ainda vale essa máxima) como objetivo precípua a profissionalização, o poder sustentar-se e a sua família. Universidades destinadas à elite de então eram as melhores – da Europa, obviamente –, com intuito de facultar o burilamento do espírito. Assim, Monfredini (2015) informa-nos que

A universidade tinha o objetivo de formar a elite letrada e dirigente, que desfrutava desse espaço de “cultura elevada” a partir do que pensavam os problemas nacionais. A formação universitária propiciaria ao aluno o contato com a ciência, a tecnologia, a filosofia e a arte, os movimentos estudantis, a prestação de serviços comunitários, introduzindo o jovem da elite de forma mais aprofundada na cultura produzida ao longo da história, nos problemas do seu tempo e nas ações políticas, científicas e culturais demandadas por esses problemas, ainda que dentro do limite apontado (da formação profissional). A referência a essa significação social da universidade resultou na ideia de que a formação universitária pressupõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (MONFREDINI, 2015, p. 37844).

Isso nos permite não só compreender a função social da universidade, desde seus primórdios, mas também contextualizar o modo como a desigualdade social nessa dinâmica social se inscreve e se perpetua, a partir da análise da forma como se permite o acesso à Universidade ou se bloqueiam as vias de ingresso e permanência; da forma como se investe em formação de qualidade – pública ou subsidiada em universidades particulares de excelência comprovada – ou se restringe o financiamento e se cerceia a possibilidade de alguma mobilidade social por meio da educação.

Nesse cenário, participação social qualificada passa pela criação, apropriação / adaptação, veiculação (disseminação) e articulação de saberes, considerando-se, numa ponta, as diversas instituições sociais que se consorciavam para dar conta das inúmeras demandas da sociedade e, na outra, as IES – dessa forma, fica patente a visceral relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Como ressalta Santos (2011 *apud* Monfredini, 2015, p. 37845), a respeito da mercantilização da universidade, ocorre a transformação dessa instituição social em algo similar a outra empresa comum, “uma entidade que não produz apenas para o mercado mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes.”

Em contraposição a esse cenário funesto de mercantilização e de busca do “lucro” de forma exacerbada, atropelando premissas importantes que dizem respeito à própria construção da identidade e da coesão sociais, a Extensão se revela com grande potencial humanizador e ressignificador da relação teoria / prática, por meio da construção coletiva de ações e intervenções na realidade, da escuta ao público-alvo, de atuação engajada e proativa, a partir de problematizações que vêm da realidade e interpelam os extensionistas a uma responsividade, que é também responsabilidade.

Assim, esta Extensão Universitária que potencializa a transformação, por meio de (con)vivências e partilha de saberes entre pessoas marcadas pela diversidade – que ,progressivamente, se tornam mais conscientes dessa diversidade –, remete a uma práxis verdadeira, um via bilateral em que a inte(g)ração se torna linha mestra, seja em relação aos “objetivos da universidade – produzir, ensinar e aplicar o conhecimento”, seja em relação à interação intersubjetiva promovida, já que “(...) é impossível não pensar também nas ricas *interações* humanas aí implicadas” (AYRES, 2015, p.75).

É com essa concepção de Extensão / (inter)ação que aqui se dispõem os textos deste volume de **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão** – são quatorze textos, de diferentes gêneros (conferência, relatos, artigos, entrevista, entre outros) que iluminam diferentes nichos, diferentes problematizações que se apresentaram ao olhar inquiridor dos extensionistas, em diversas áreas do saber humano (Saúde, Engenharias, Medicina e Medicina Veterinária, Psicologia, Educação, entre outros). Tão instigante quanto o leque de temáticas enfrentadas e discutidas, nota-se a criatividade com que se buscaram soluções viáveis, sustentáveis e replicáveis – produzir, utilizar, disseminar soluções é um dos eixos norteadores da Extensão na PUC Minas.

No texto nº 1, temos o prazer de trazer a público a transcrição da palestra “Intervenções para desenvolvimento em Brumadinho: diálogos para colaboração, aprimoramento e coordenação de projetos”, proferida pelo professor Sandro De Gasparo, professor de Ergonomia na Universidade Paris I, pesquisador e consultor do *Laboratoire d'Intervention et de Recherche*, ATEMIS. Uma análise lúcida sobre a “Economia da Funcionalidade”, e sobre o valor da cooperatividade como forma de vencer os inúmeros desafios provocados pela tragédia ocorrida em Brumadinho neste ano de 2019.

Na sequência, vêm sete artigos, de distintos autores e abordando temáticas instigantes e relevantes: inicialmente, em “As Áfricas Brasileiras: as políticas públicas em torno dos territórios quilombolas”, os professores Ricardo Ferreira Ribeiro e Denise Pirani, do Departamento de Ciências Sociais, discutem o “passivo social” do Brasil em relação aos descendentes dos milhões de africanos escravizados. Tratam do projeto Lições da Terra e os inúmeros bons frutos que vêm sendo colhidos ao longo de sua trajetória.

No artigo seguinte, “Pessoas em situação de rua: invisibilidade social, empregabilidade, saúde e vulnerabilidades - um estudo a partir da Prática Curricular de Extensão”, os autores – Ricardo Guerra Vasconcelos, Anderson Luiz Moura Alves, Gabriel Vitor Nogueira, Giovanni Fernando Carvalho Medeiros Cardoso, João Pedro Ordones Zica e Victor Deodoro Pires Alvares – discutem a difícil questão das pessoas em situação de rua, cujos direitos fundamentais, apesar de garantidos em lei, não são minimamente assegurados, colocando-se em risco a integridade física, emocional e psicológica daqueles que se encontram nessa situação.

Em diálogo próximo com o precedente, o artigo “Mães órfãs: as interfaces entre o Direito e a Psicologia contra a violação do direito de ser mãe das mulheres moradoras de rua”, de Aline Graziela Machado Luiz, Eledá Isadora Corrêa Trindade, Natália Caroline do Nascimento e Ricardo Guerra Vasconcelos, problematiza a questão das mulheres em situação de rua, usuárias ou não de drogas, que se tornam mães nesse contexto de privação do mínimo necessário para a criação do infante, de forma digna, e o desfecho, traumático na maioria das vezes, da perda do filho, institucionalizado para adoção. Para os autores, conhecer a situação dessas mulheres, ouvir-lhes a voz e acabar com o silenciamento de que são vítimas constituem importantes passos para a redução e quiçá, eliminação, dessa forma violenta de lidar com tão desafiante problema dos centros urbanos brasileiros, atualmente.

Ainda na esteira da discussão sobre a construção e manutenção da cidadania, o quarto artigo, “Sobre a importância da educação política para juventude: o Parlamento Jovem de Minas Gerais”, de Diego Arlindo Moura Duarte, Victoria Abreu Viana, Alexandre Eustáquio Teixeira e Júnia Aparecida Ferreira, traz reflexões sobre a educação política fomentada pelo PJ, por meio do qual os jovens participantes se tornam sujeitos de fato e de direito, aprendem sobre os trâmites e processos inerentes ao processo legislativo numa sociedade republicana, como a brasileira.

Na sequência, temos o artigo “Gamificação aplicada para aprendizagem de conceitos de planejamento e controle da produção”, no qual os autores – Carlos Junio de Aguiar, Mateus de Oliveira Varandas, Jean Cristian Miranda José da Silva, Letícia de Castro Peixoto e Eduardo Penha Castro Fantini – explicitam, evidenciam e discutem o potencial lúdico de jogos digitais para uso

pedagógico, em salas do Ensino Médio. Em estágio já avançado de testagem, o jogo digital criado tem se revelado importante instrumento para aprendizagem dos graduandos de Engenharia de Produção e para os usuários da comunidade atendida.

Na mesma linha, o artigo de Nº 6, intitulado “PROSA: Escola de Formação de Autoprodutores em Processos Socioambientais”, das professoras Viviane Zerlotini da Silva e Sílvia do Rosário Delgado dos Reis, ambas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, traz a discussão sobre a autoprodução do espaço, por comunidades carentes e/ou em áreas de risco, e o quanto, com as ações e intervenções de diversos projetos de Extensão (vinculados ao Programa Escritório de Integração) se têm obtido resultados favoráveis a uma nova dinâmica territorial por meio da Assessoria Técnica Direta.

Fechando o bloco dos artigos, temos “PUC MINAS e COMPDEC Contagem, em defesa da cidade cidadã, mais que um projeto de extensão, uma valiosa experiência de vida”, de Viviane Valentim Alencar e Francisco Alves Guimarães, ambos professores da PUC Contagem. Neste trabalho, refletem sobre a parceria entre a Universidade e a Defesa Civil deste município mineiro, no que tange à atuação preventiva em áreas de vulnerabilidade e risco geológico, visando a uma maior segurança e sustentabilidade na autoprodução do espaço pelos moradores, com a consequente mitigação de riscos e a promoção da vida por meio da disseminação de informações e partilha de saberes.

No primeiro relato reflexivo de experiência, “As adversidades na infância, a Teoria de Bronfenbrenner e a disciplina de Práticas na Comunidade II: um relato de experiência em que teoria e prática se completam”, os discentes Alexandre Apolinário de Souza Batista e Eduardo Expedito Valeriano Batista, sob a coordenação do docente Antônio Benedito Lombardi, do Curso de Medicina da PUC Minas Betim, analisam as multifacetadas nuances do estudo de caso de uma criança que vive em situação extrema de vulnerabilidade e os impactos disso em longo prazo, chamando a atenção para a necessidade premente de políticas públicas interdisciplinares e intersetoriais para se conseguir, efetivamente, auxiliar a ela e a outros sujeitos em situação semelhante.

No relato seguinte, “Levantamento Socioespacial: a autoprodução do espaço na Ocupação Esperança”, os professores Eduardo Ramalho Moutinho Bittencourt e Viviane Zerlotini da Silva, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, em conjunto com a graduanda Sílvia do Rosário Delgado dos Reis, evidenciam a relevância da atuação do Escritório de Integração, Programa que acolhe diversos projetos que visam à conscientização dos moradores rumo ao aprimoramento de estratégias de autoprodução, a partir da formação socioambientalmente responsável de produtores do espaço, na região da Ocupação Esperança.

O terceiro relato, intitulado “Promoção da alimentação saudável no contexto da saúde do escolar”, traz a parceria entre cinco estudantes de Enfermagem - Ana Paula Bessa, Deborah Santos, Karine Estefani Soares, Renata Kelly Novaes, Sabrina do Carmo – com Samira Auxiliadora Pereira e William César Bento Regis, docentes em vários cursos da área da Saúde. Neste projeto, os extensionistas lidaram diretamente com estudantes adolescentes, da rede pública, com intuito de propiciar hábitos alimentares mais saudáveis, a partir da conscientização relativa aos perigos representados por alimentos ultraprocessados. Os resultados, segundo análise dos participantes, foram positivos para todos os envolvidos, posto que as ações demandassem estudo, planejamento, execução e avaliação da prática.

No texto seguinte, “Trabalhando a religião por meio da reflexão: ações extensionistas do curso de filosofia na APAC de Santa Luzia”, os autores Lucas Roberto Paiva (graduando do Curso de Filosofia) e o professor Padre Márcio Antônio de Paiva, orientador do projeto, discutem os ganhos para os recuperandos de que se revestem as intervenções reflexivas propiciadas pelo resgate da religiosidade no âmbito da atuação na APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). Para os autores, a aposta na humanização propiciada pelo Método APAC, em contraposição ao encarceramento comum, é significativa, e se evidencia por relatos dos envolvidos, bem como pelos dados estatísticos referentes à (não) reincidência em práticas criminosas, quando da saída desses sujeitos.

Fechando a seção de relatos, em “Atendimento terapêutico multifamiliar: reflexões sobre o fazer sob a perspectiva construcionista”, os autores Leandro de Castro Rodrigues e Stella Maria Poletti Simionato Tozo relatam e analisam a prática extensionista na forma de atendimento grupal terapêutico com famílias de uma instituição atendida pelo “Projeto VincuLar: reconstruindo relações familiares”. Partindo do pressuposto de que “famílias em situação de vulnerabilidade se caracterizam pela perda de autonomia perante situações adversas, por um sentimento de impotência para resolver problemas e pela insegurança para gerenciar seu modo de funcionamento”, propõem grupos terapêuticos multifamiliares, visando a dar a esses sujeitos acolhimento e espaço com características terapêuticas (modelo de clínica ampliada). Com tal intervenção, em grupos, verificaram-se a ressignificação de aspectos da vida, a percepção de recursos para enfrentar as adversidades, a criação de rede social de apoio mútuo.

Por fim, na entrevista que encerra este volume, uma instigante conversa com a professora Rafaela Pascoal, doutoranda em Linguagens pelo CEFET MG. Em “Ensino de Português a não nativos: olhar crítico sobre a migração atual, suas motivações e as mudanças que ela traz consigo”, ela compartilha um pouco de sua experiência com o ensino de língua a imigrantes e as inúmeras

implicações e desafios dessa modalidade, crescente em termos de demanda em nosso país, e já significativa na região da Grande Belo Horizonte.

Vale conferir! Fica feito, então, um convite a você, leitor(a), para que desfrute dos ótimos textos compilados neste volume. Que seja uma leitura profícua!

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de C. M. Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo. **Rev Med** (São Paulo). 2015 abr.-jun.;94 (2):75-80.

MONFREDINI, Ivanise. A extensão universitária no Brasil e as possibilidades de formação de sujeitos. IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar. III Seminário de Representações Sociais – Educação. **Anais....** PUC PR, Curitiba, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez. Coleção Questões da Nossa Época. 2011.